

36º Encontro Anual da Anpocs

Águas de Lindoia, 21 a 25 de outubro de 2012

GT25: Partidos e Sistemas Partidários

Partidos antineoliberais: as negligenciadas semelhanças entre o PT e o MAS

Guilherme Simões Reis (UNIRIO, IESP-UERJ, OPSA, NECON)

Josué Medeiros (IESP-UERJ, OPSA)

Partidos antineoliberais: as negligenciadas semelhanças entre o PT e o MAS

Guilherme Simões Reis (UNIRIO, IESP-UERJ, OPSA, NECON)

Josué Medeiros (IESP-UERJ, OPSA)

Introdução

O Brasil e a Bolívia estão, respectivamente, em seu terceiro e segundo mandatos consecutivos de um partido de esquerda na presidência, liderados, respectivamente, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Movimento ao Socialismo (MAS). Este estudo tem por objetivo fazer uma análise comparativa destas duas experiências partidárias da esquerda sul-americana, buscando semelhanças entre estas duas organizações cujas diferenças, que de fato existem, são enfatizadas pela literatura especializada.

Esta comparação será feita levando em conta quatro elementos fundamentais para se entender uma organização partidária, e a hipótese é a de o PT e o MAS apresentarão mais semelhanças do que diferenças: 1 – a origem de ambos com forte presença dos movimentos sociais em sua gênese, nascendo já como partidos de massa, pluriclassistas, ligados a movimentos sociais e de trabalhadores; 2 – a organização interna dos partidos, como se dá a dialética entre a diversidade das visões, movimentos, tendências, e a centralização e consolidação de uma atuação nacional, unificada, que se deve muito à ação de seu principal líder; 3 – a relação que os dois partidos estabeleceram com a democracia e com a institucionalidade vigente, qual seja, a de participar por dentro, de disputar para conquistar e a partir dela efetivar as transformações e o programa político; 4 – o programa político do MAS e do PT, com forte viés desenvolvimentista, antiimperialista e prioridade para a erradicação da miséria e superação da hegemonia neoliberal na região, no que se assemelham a outras experiências da esquerda na América do Sul. Se a semelhança entre os programas dos partidos boliviano e brasileiro não são ainda maiores, isso se deve muito mais às diferentes limitações e oportunidades específicas a cada caso nacional do que a uma diferença em relação a seus objetivos.

As vitórias eleitorais da esquerda antineoliberal na América do Sul começaram ainda na década de 1990. Porém, foi nos primeiros anos do século XXI que esse processo ganhou fôlego, com as derrotas do neoliberalismo não apenas se sucedendo em novos países como também sendo confirmadas em reeleições. Ademais, novas vitórias dos

primeiros presidentes eleitos nesta onda de êxitos dos governos progressistas se deram com a eleição de sucessores quando a reeleição não era permitida.

Além de Chávez na Venezuela, que venceu em 1998 e foi reeleito em 2006, a lista de governos progressista inclui ainda Lula no Brasil, que venceu a primeira vez em 2002 e foi reeleito em 2006, e fez sua sucessora a atual presidente Dilma Rousseff em 2010; Nestor Kirchner, que venceu o pleito presidencial argentino em 2003 e foi sucedido em 2007 pela sua esposa Cristina Kirchner, que foi recém-reeleita em 2011; Evo Morales na Bolívia em 2005, com reeleição em 2009; o Uruguai com Tabaré Vazquez em 2005 e Pepe Mujica em 2010; Rafael Correa no Equador, eleito em 2006 e reeleito em 2009; Fernando Lugo, eleito no Paraguai em 2008; e por fim a vitória de Ollanta Humala no Peru no ano de 2011.

Esse conjunto de países apresenta, por óbvio, significativas diferenças. Todos esses líderes, seus partidos e movimentos encaminham processos de superação do neoliberalismo. Contudo, a construção de uma nova agenda não se deu de maneira linear em nenhum deles, o que acaba por influenciar as análises comparativas.

Nos estudos realizados pela academia brasileira e internacional, é possível identificar a formação de três campos analíticos. No primeiro campo existem aqueles trabalhos que adotam a ideia de que a esquerda latino-americana é composta por uma corrente social-democrática e outra populista, e enquadram o PT no primeiro caso e o MAS no segundo. Afirmam que o PT amadureceu, superando seu radicalismo original, em um “revisionismo ideológico e programático”, buscando uma política de consenso, com pleno respeito à institucionalidade, e adotando políticas econômicas ortodoxas, de adesão ao capitalismo, repetindo o modelo da direita, apenas com maior ênfase no combate à pobreza. Já o MAS estaria no campo populista, desrespeitando os freios e contrapesos para manter o poder a todo custo, voltando-se unicamente para uma parcela da população, insuflando-a contra os demais partidos por meio de uma política plebiscitária, e adotando uma política econômica e de relações exteriores irresponsável, de confrontação aos Estados Unidos e de desperdício demagógico dos recursos naturais. Neste caso estão os trabalhos de Castañeda, (2006), Lanzaro, (2007), Luna, (2007), Panizza, (2006), Seligson, (2007) e Weyland, (2009), entre outros.

Um segundo grupo de autores identifica uma esquerda anticapitalista e outra que se adaptou ao *status quo* (Antunes, 2011; Oliveira e Rizek, 2007; Maringoni, 2004). Enquanto as esquerdas anticapitalistas teriam promovido uma ruptura real com o

neoliberalismo, como na Bolívia, no Equador e na Venezuela, a esquerda cooptada, especialmente no Brasil e no Chile, daria continuidade da hegemonia neoliberal.

Em contraste, há ainda uma terceira abordagem, que coloca PT e MAS em um campo comum de análise e identifica um sentido estratégico comum a todas as experiências de esquerda sul-americanas, classificando-as pós-neoliberais, ou seja, como inauguradores de um processo de superação do neoliberalismo no continente, ainda que seja possível identificar um componente anticapitalista mais forte em algumas delas (Sader, 2011; Guimarães, 2004; Lima, 2008; Lima e Coutinho, 2007). Este trabalho se contrapõe aos dois primeiros campos e se aproxima deste último, identificando, porém uma lacuna na maioria dos estudos acadêmicos deste campo, qual seja, esmiúçam as políticas públicas e os resultados concretos das ações da esquerda por meio do Estado, mas dão pouca atenção aos partidos políticos. Neste sentido, este artigo pode dar uma contribuição importante ao estudo da esquerda da América no Sul à medida que se debruça sobre as organizações partidárias que lideram os governos progressistas de Brasil e Bolívia.

A perspectiva adotada aqui é a de que, a despeito das óbvias diferenças entre o PT e o MAS, eles se assemelham em aspectos cruciais, mais inclusive do que outros partidos sul-americanos também alinhados aos processos de superação do neoliberalismo, justificando a análise comparativa.

A origem: partido vindo de baixo

O PT nasceu após o ressurgimento do movimento sindical brasileiro, com a explosão de greves no setor metalúrgicos de São Paulo em 1978. O movimento grevista, que teve em Lula sua liderança de maior expressão, rapidamente se expandiu para outras categorias no Brasil. Após os primeiros enfrentamentos com a ditadura militar os militantes do chamado “novo sindicalismo” concluíram, no início de 1979, que seria necessário fundar um Partido dos Trabalhadores a fim de conferir mais consequência às lutas econômicas e às demandas políticas dos trabalhadores. O principal vetor que impulsionou o PT foi a mobilização vinda de baixo, da classe trabalhadora.

Ao novo sindicalismo se somaram outros atores, tais como as diversas organizações marxistas que haviam enfrentado a ditadura (algumas sem pegar em armas, outras com táticas de guerrilha) e sobrevivido à mais dura repressão dos anos 1970, com

base fundamentalmente estudantil e de classe média urbana; os movimentos ligados à Igreja católica, especificamente influenciados pela teologia da libertação, como pastorais e organizações de base; os intelectuais que estavam nas universidades e institutos de pesquisa investigando os mais diversos problemas nacionais, apesar da censura e perseguição do regime militar, como o movimento sanitarista ou os cientistas sociais e historiadores que estavam interpretando o Brasil à luz da teoria da dependência; entidades camponesas de pequenos produtores e de trabalhadores rurais sem terra que tinham como principal bandeira a reforma agrária.

Vale ressaltar que muitos desses protagonistas se misturavam: diversos intelectuais, por exemplo, faziam partes das organizações marxistas. Estas, por sua vez, estavam nas fábricas promovendo agitações e formação política antes da onda grevista. E a teologia da libertação já havia estabelecido profundos vínculos com operários e camponeses a partir de iniciativas educacionais e da ação das pastorais.

Wladimir Pomar (PT, 1998: 29), coordenador-geral da campanha presidencial de Lula em 89, observa que já em sua origem o PT é um “partido pluriclassista”, por se colocar de forma genérica como representante dos trabalhadores, e não de um grupo específico deles, que são heterogêneos demais para serem considerados como uma única classe. Na Carta de Princípios de 1979 ficava clara a abrangência da “população explorada” a quem o partido se dirigia:

O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóias-frias, profissionais liberais, estudantes, etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política. (PT, 1998:54).

Na *Declaração Política*, do mesmo ano, o partido descreve o (amplo e, portanto, pluriclassista) movimento social que o originou:

A ideia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros; dos sindicatos às comunidades eclesiais de base; dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores; do Movimento Estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres; e ainda outros, como os que lutam pelos direitos das populações indígenas. (pg. 55).

Na análise sobre a fundação do PT é importante que as ciências humanas e sociais problematizem aquilo que os petistas falam de si próprios, a fim de apreender de forma mais objetiva os reais significados desta impressionante criação política que foi o PT. Isso significa que é fundamental fugir do que Montenegro (2009) chamou de “paradigma da tábula rasa”.

Esse paradigma apresenta o PT como a maior novidade da história das lutas dos trabalhadores no Brasil, e talvez no mundo. Inaugurado por pesquisas como a de Rachel Meneguello (1989) e Margareth Keck (1991), a tábula rasa pensa o PT em total ruptura com a tradição da esquerda brasileira pregressa, e, ainda que sejam pesquisas importantes sobre a origem do PT, essas obras apresentam o que seriam várias novidades da cultura petista sem embasamento empírico ou tratamento crítico.

Na origem dessa visão acrítica, e ainda seguindo o argumento de Montenegro, pode-se identificar a tradição acadêmica da USP, personalizada em autores como Francisco Weffort (1978) e Francisco de Oliveira (2003), entre outros, que se engajaram na construção do PT. Essa tradição é marcada pela interpretação do Brasil a partir de 1930, baseada na teoria do populismo, que consistia em identificar a classe operária como um agente sem autonomia, manipulada por um líder carismático e/ou pelo Estado. Em vez dessa heteronomia, essa tradição defendeu sempre um processo de ação de classe trabalhadora de forma autônoma em relação ao Estado e às classes dominantes, com ênfase na auto-organização e na atuação na sociedade civil. Essa tradição foi profundamente influente na origem do Partido dos Trabalhadores.

Enfim, após necessária problematização intelectual sobre a origem do PT, não é possível tratar deste tema sem registrar as peculiaridades positivas que marcaram a sua construção. O PT veio ao mundo quando internacionalmente sopravam novos ventos políticos, cuja força seria sentida, ironicamente, na hecatombe do fim da realização bolchevique na Rússia. De todo modo, ainda que o resultado destes novos ventos – o fim do “socialismo real” – apareça como negativo para as forças da esquerda, o fato é que a partir da década de 1960, tendo 1968 como marco, pessoas em todos os cantos do globo elaboravam novas utopias, refletiam sobre formas de vencer as estruturas que oprimiam seus anseios e seus desejos, enfim, buscavam requalificar o papel da política.

O PT bebe desta nova fonte, e sua criação representa uma renovação das esperanças políticas dos “novos personagens sociais” (Sader, 1988), cuja poderosa ascensão contribuiu para acabar com a ditadura militar de 1964. Evidente que nem todas

as forças que ajudaram na derrota do regime militar se engajaram na construção do PT, mas parte significativa delas sim, conferindo um sentido de unidade política à multiplicidade organizativa, cultural, temática que distinguia estes novos atores.

Neste sentido, é inegável que o PT tem, na sua criação, uma marca distintiva fundamental em relação às demais agremiações políticas da esquerda, tenham sido elas criadas antes do PT e até mesmo depois: nenhum outro partido político brasileiro possui, tal qual o PT, esta característica original de forte mobilização da classe trabalhadora desde o seu princípio. E, obviamente, este ponto influenciou nos demais que serão analisados ao longo do artigo, a começar pela organização interna.

O embrião do MAS, a Assembleia pela Soberania dos Povos (ASP), foi criado em 1995 no I Congresso sobre Terra, Território e Instrumento Político, que contou com a participação de sindicatos de camponeses, de parte da Central Operária Boliviana (COB) e outras associações indígenas e de trabalhadores, com o objetivo de organizar politicamente os grupos que compunham as mobilizações de massa contra o neoliberalismo e inserir esses grupos na disputa eleitoral e parlamentar. As principais organizações rurais e indígenas presentes no evento eram a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB)¹, a Confederação Sindical de Colonizadores da Bolívia (CSCB), a Federação Nacional de Mulheres Camponesas da Bolívia “Bartolina Sisa” (FNMCB-BS) e a Confederação de Povos Indígenas do Oriente Boliviano (CIDOB), além de parte da Central Operária Boliviana (COB).

Assim como o PT, portanto, a ASP também teve o impulso dos sindicatos como decisivo para a sua fundação. Diferentemente do caso brasileiro, no entanto, o boliviano teve um papel bem mais reduzido dos sindicatos urbanos, representados pela COB, do que dos rurais, que, apesar de manterem “elementos comunais originários”, mantêm aspectos das estruturas sindicais “ocidentais”. Estes, além de funcionarem como instrumento de reivindicação e socialização, “organizam a vida dos indivíduos e das famílias que os integram, repartindo terras, aplicando justiça comunitária, organizando trabalho voluntário, comercializando produtos cultivados” etc (Silva, 2011: 78).

Stefanoni (2010: 8) observa ainda que várias ONGs – algumas ligadas à Igreja Católica – tiveram influência decisiva para a formação da ASP, por organizarem oficinas

¹ Silva (2011: 43) aponta a CSUTCB, fundada em 1979, como grande responsável pela autonomia política e identitária do sindicalismo camponês e indígena em relação aos partidos de esquerda tradicionais e ao movimento sindical urbano representado pela COB.

e congressos camponeses que viabilizaram a articulação dos sindicatos e organizações indígenas. Entre elas estavam o Centro de Estudos Jurídicos e de Pesquisa Social (CEJIS), de onde saíam muitos futuros ministros do governo Morales.

Entretanto, a Corte Nacional Eleitoral (CNE) se recusou a aceitar o registro da ASP. Mesmo assim, os sindicatos dos produtores de folha de coca lançaram candidatos a deputado em 1997, concorrendo pela frente Esquerda Unida (IE), que reuniu várias siglas, encabeçadas pelo Partido Comunista Boliviano (PCB). A IE elegeu quatro representantes, todos por Cochabamba, entre o coordenador das seis federações camponesas dos trópicos do Chapare (no departamento de Cochabamba) e vice-presidente da ASP, Evo Morales, que estreou no parlamento como o mais votado entre todos os que se candidataram por distritos uninominais, com 70% dos votos locais.

O presidente da ASP, Alejo Véliz, não se elegeu e acusou Morales de fazer contrapropaganda, expulsando-o da organização, em uma disputa de liderança. Morales, no entanto, obteve o apoio da maioria dos membros, que o seguiu e, juntos, criaram em 1997 o MAS, originalmente chamado o Instrumento Político pela Soberania dos Povos (IPSP). O nome Movimento ao Socialismo, ironicamente, não foi adotado devido a uma intenção de associar a legenda ao socialismo, mas porque o IPSP não era aceito pelo Corte Nacional Eleitoral e a personalidade jurídica MAS já existia e estava disponível para ser utilizada por eles (Pinto e Navia, 2007; Harnecker e Fuentes, 2008).

O partido nasceu, portanto, de baixo para cima, por meio da mobilização dos próprios movimentos sociais e sindical. Não se tratou de um partido criado pelo Estado ou dentro do Parlamento, e sim de uma organização nascida fora desse âmbito e crítica das forças estabelecidas, que cresceu a partir de uma série de conflitos sociais contra as medidas governamentais calcadas nas recomendações do Consenso de Washington.

Houve no país, apenas entre 2000 e 2006 (período em que se sucederam sete presidentes diferentes), 3.450 conflitos entre movimentos sociais e o Estado, com cerca de 300 mortes, o que supera as vítimas das ditaduras militares na Bolívia (Santoro, 2007). Entre tais manifestações destacaram-se aquelas voltadas principalmente para o controle dos recursos naturais, com destaque para a “guerra da água” e a “guerra do gás”, como ficaram conhecidas. Houve greves, bloqueios de estradas e passeatas que cruzavam as áreas rurais até chegar a La Paz, que foram reprimidas pelo Estado mas, ainda assim, foram bem-sucedidas e conseguiram que o governo recusasse (Cunha Filho, 2008; Santoro, 2007).

Os protestos dos movimentos sociais estavam relacionados ao MAS, mas este não era responsável direto por eles (Silva, 2011). Ainda assim, o MAS ganhou apoio e projeção, enquanto que os principais partidos estabelecidos, inclusive aqueles com origem na esquerda, que haviam aderido por meio da “democracia pactuada” às mesmas políticas neoliberais que empobreceram a população – o MNR da revolução de 1952 e o marxista MIR fizeram acordos com a ADN do ex-ditador Hugo Bánzer e implementaram políticas semelhantes –, foram igualmente associados e perderam credibilidade (Taborga, 2005; Guimarães, Domingues e Maneiro, 2005).

Organização Interna – Entre a democracia e o domínio do líder

A diversidade constitutiva do PT marcou toda sua trajetória organizativa, que se destaca por uma intensa disputa interna entre diferentes posições, com correntes, tendências, agrupamentos internos que existem desde a fundação. Em 1989 o partido regulamenta o direito de tendências e a proporcionalidade, permitindo que todos os grupos compartilhem a direção do PT com o setor majoritário. Devido à característica de forte divergência interna do partido, os petistas sempre debateram formas de garantir a democracia e a unidade partidária nos mais diferentes setores da sociedade. No que tange a esse tema, a história do PT é dividida em dois momentos.

O primeiro ocorreu nos anos 1980, quando a ascensão dos movimentos sociais e a necessidade de consolidar o PT diante das outras tradições da esquerda brasileira - tais como o trabalhismo e comunismo - garantiram uma forte centralização e lealdade dos diversos grupos ao que fosse definida como posição do partido. A expulsão de parlamentares que votaram no Colégio Eleitoral em 1985, a construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com chapas cutistas nos sindicatos de base contra as correntes ligadas ao comunismo, a criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em 1983 e as chapas petistas para a disputa da direção da União Nacional dos Estudantes (UNE) são exemplos desse primeiro momento. As eleições de 1989, com a real perspectiva da vitória da Lula, marcam o auge desse processo.

Em um segundo momento, quando o neoliberalismo já consolidava sua hegemonia no país, com a vitória de Fernando Collor em 1989 e, especialmente, com Fernando Henrique Cardoso em 1994, a unidade partidária foi sendo tensionada pela gravidade das divergências entre as tendências. Para ilustrar, parte do PT apresentou posição contrária à

posse do vice de Collor, Itamar Franco, após o *impeachment* do presidente. Nesse período, o partido sofreu sua primeira cisão, com a expulsão, em 1992 de uma tendência minoritária, porém significativa, a Convergência Socialista. Outra parcela dos petistas não apenas defendeu essa saída como cogitou compor o governo Itamar, como no caso da ex-prefeita de São Paulo Luiza Erundina, que acabou expulsa em 1992. No movimento sindical, as chapas cutistas não se formavam mais na maioria dos sindicatos e, no movimento estudantil, cada tendência atuava por conta própria.

A liderança de Lula teve papel importante em manter a unidade partidária nesse quadro de agravamento das contradições internas. As experiências petistas em administrações municipais e estaduais também foram cruciais para a centralização partidária, posto que a militância foi educada na cultura de apresentar as divergências para dentro e defender os prefeitos e governadores diante da sociedade, independente das críticas internas que fossem levantadas. Ademais, as inovações e êxitos do PT junto à administração pública, como o Orçamento Participativo, se tornavam patrimônio de todas as tendências, contribuindo para fortalecer a identidade partidária.

Esse segundo momento atingiu o auge com a vitória de Lula para presidente, em 2002. O PT venceu as eleições após três tentativas com moderação no discurso – simbolizada pela “Carta ao povo brasileiro” e incluindo a garantia de que não deixaria de pagar a dívida externa – e em aliança com um partido burguês. Tal situação se agravou nos primeiros anos, com a formação de uma base de sustentação composta por partidos de esquerda, centro e direita, devido à situação estrutural do “presidencialismo de coalizão” e continuidade de aspectos da política econômica do período neoliberal.

Ambas as opções foram muito criticadas no debate petista. Algumas correntes argumentavam que era necessário mobilizar os movimentos sociais, estabelecer formas de democracia direta para não sucumbir à governabilidade parlamentar e alterar a política econômica tipicamente neoliberal, com superávit primário, metas de inflação etc. Naquele momento, a lealdade foi garantida por um misto de enquadramento e empoderamento. Por um lado, o grupo de Lula possuía uma maioria folgada, que não deu espaço para minorias, inclusive expulsando quatro parlamentares em dezembro de 2003. Por outro, todos os setores petistas estavam representados no primeiro escalão, podendo compartilhar da experiência do primeiro governo de esquerda da história do Brasil. A única cisão produzida nesta conjuntura foi pouco significativa do ponto de vista eleitoral e social. Os setores que formaram o Partido do Socialismo e da Liberdade (PSOL,)

acusando o governo Lula de neoliberal têm pouco peso no movimento sindical e o partido apresenta poucos resultados eleitorais.

Em todos estes processos de construção da unidade, é preciso destacar o papel dominante da tendência majoritária do PT, à qual pertencia o próprio Lula, criada em 1983, chamada primeiramente Articulação dos 113, porque foi este o número de signatários do seu manifesto de fundação. O papel hegemônico desse agrupamento não deve ser desprezado. Como Sarti (2006: 25; 135), salienta, a proposta de organização democrática do PT não vingou, pois “predominava uma progressiva centralização das decisões na Articulação. [...] Observe-se que, até no discurso interno, PT significava referir-se à Articulação, que expressava as diretrizes do partido”.

Como demonstra Montenegro (2009), um dos elementos unificadores dessa corrente foi a recusa à forma organizativa típica dos partidos comunistas, em que a hierarquia e a diferença entre a direção e a base do partido é bastante clara. A corrente defendia que o PT deveria ser, principalmente, um instrumento que representasse o real interesse dos trabalhadores, e não uma vanguarda iluminada que dirigisse os trabalhadores. Nas palavras do manifesto de fundação da Articulação:

Combateamos aqueles que, incapazes de traduzir nosso papel em termos de uma efetiva política de organização e acumulação de forças, se encerram numa proposta de partido vanguardista tradicional [...]. Ao contrário desses “iluminados”, não temos respostas para todos os problemas do PT. Nem temos a receita infalível para superar a crise econômica do país, para vencer a ditadura e para chegar ao poder.²

Não se trata aqui de discutir a validade dessas afirmações, muito menos de adentrar no debate sobre qual é a forma mais democrática de organização para um partido de esquerda. O que importa é apenas identificar que o grupo dominante do PT tinha como concepção decisiva de organização uma negação dos modos clássicos de organização política comunista e, a partir disso, investigar quais foram as consequências dessa concepção para a organização do partido.

O combate político-organizativo da *Articulação* foi contra as tendências de origem marxista, que mesmo minoritárias conseguiam aumentar sua influência com uma forte centralização e organização. A maioria do PT vetou a proporcionalidade até 1989, monopolizando o comando do partido; não regulamentou a proposta de núcleos, que viria a ser a principal base organizativa dos petistas; não elaborou mecanismos de controle do

² Mimeo.

partido sobre os mandatos parlamentares e executivos, inclusive porque a maioria dos quadros que estavam nessas posições era do grupo dominante; não construiu uma imprensa partidária efetiva, tampouco constituiu processos de unificação da militância petista nos movimentos sociais; e, por fim, não conferiu clareza programática ao PT, o que será analisado na última seção. O resultado foi o fortalecimento da imagem pessoal de Lula como alguém acima e maior do que o Partido, o que foi bom para ele e para a Articulação, grupo ao qual ele pertence.

A principal acusação da *Articulação* para com as demais tendências era a da “militância de duas camisas”, isto é, contra os petistas que, “não se submetendo à democracia interna do PT, subordinam-se a comandos paralelos e priorizam a divulgação das suas posições políticas, em detrimento daquelas do próprio Partido”, nos dizeres do manifesto. Este crime seria cometido pelos agrupamentos com forte identidade política, tais como a Convergência Socialista (CS), trotskista, que em 1992 foi expulsa do PT e fundou o PSTU; a Democracia Socialista (DS), também de matriz trotskista, e que permanece no partido até hoje; o Trabalho (OT), igualmente referenciada em Trotsky e parte do PT até os dias atuais; a Força Socialista (FS), cujas raízes eram comunistas-leninistas e que hoje é a principal corrente do PSOL; o Partido Revolucionário Comunista (PRC), também influenciado pelo leninismo, que se dissolveu com a crise do “socialismo real” do leste europeu.

No primeiro momento da construção partidária, a centralização entre os grupos prevaleceu. Além da forte mobilização social e da própria disputa com o PCB, PC do B e PDT pela hegemonia da esquerda, pesou nesse sentido o fato de que mesmo as correntes minoritárias logravam influenciar em momentos decisivos das disputas petistas, seja na definição programática, seja na ocupação de espaços institucionais. Contudo, no segundo momento, quando o caminho escolhido pelo PT se cristalizou, bem como os problemas organizativos, e na medida em que o movimento de massas não unificava mais os petistas e que a disputa com as outras tradições já estavam superadas, a centralização foi sendo questionada, e em muitos casos simplesmente parou de funcionar. Mas o fator decisivo para a primeira grande cisão petista foi a opção indiscutível pela via democrática, tema da seção seguinte.

Formado pela união de vários movimentos, o MAS, por sua vez, assume um caráter de frente de facções ainda mais forte do que o de um partido de tendências, como o PT, com os setores internos possuindo uma maior autonomia no caso boliviano. Isso se

reforça pelo fato de a associação ao MAS não se dar originalmente de forma direta, pessoal, e sim sendo os sindicatos, movimentos sociais e organizações que se filiavam ao partido (Silva, 2011: 78). Ainda assim, há uma iniciativa de manter a disciplina da bancada parlamentar, estando explicitado isso no estatuto do partido, em que “acatar disciplinadamente as instruções de seus dirigentes” e “guardar fidelidade aos princípios, ao programa de governo e à estrutura orgânica” aparecem como deveres do militante do MAS.

Apesar de não ser uma agremiação de tipo personalista eleitoralista (Gunther e Diamond, 2003), que visaria simplesmente ao sucesso eleitoral de Evo Morales, o MAS depende centralmente do papel de articulador desempenhado por seu líder máximo. Seu carisma viabiliza a união de grupos muito heterogêneos (Stefanoni, 2010) e foi a sua atuação, por meio da promoção de reuniões e debates, que não apenas levou à união de diversos grupos de camponeses e trabalhadores urbanos como também à adesão de setores da classe média e intelectuais, especialmente a partir de 2002 (Harnecker e Fuentes, 2008). Segundo Silva (2011: 92-93), Morales exerce um papel de “moderador” das várias correntes sociais e ideológicas que compõem o MAS, mediando, articulando e arbitrando.

De todo modo, o partido faz consultas sobre suas decisões em atos públicos organizados como sessões de avaliação da gestão governamental e em assembleias sindicais (Mayorga, 2008). Desde a criação da Assembleia pela Soberania dos Povos (ASP), isto é, antes mesmo da cisão que deu origem ao atual MAS, aquele partido teve um funcionamento de cunho profundamente basista, e também fracionário, como a descrição de Silva (2011: 44) deixa claro:

Desde o início, o que viria a ser o MAS teve a especificidade de se organizar a partir de sindicatos comunais e federações de movimentos sociais, de funcionar no nível das bases a partir de assembleias sindicais comunitárias e no nível nacional com uma direção formada por representantes dos principais grupos que o integram. Também desde o início, e progressivamente, apresentou divisões em seu interior entre estruturas herdadas dos movimentos que o integram e nascentes estruturas de funcionários e candidatos eleitos.

Como observa Silva (2011), o MAS atua como mediador entre os grupos, que têm origens e interesses variados³, alguns visando a políticas mais de esquerda, outros com

³ O autor observa que “os militantes oriundos de movimentos camponeses e indígenas tendem a definir o MAS como um instrumento dos movimentos sociais e dos povos originários, enquanto seus integrantes

cunho mais indianista. A missão de amálgama dos diferentes grupos é cumprida apesar da dificuldade:

Com dificuldade, mas efetivamente, o MAS coordena as demandas dos principais movimentos sociais: camponeses (CSUTCB), indígenas (CIDOB), cocaleiros (federações de cocaleiros na tropical Cochabamba), mineiros (cooperativas de mineração), setores urbanos de base (Comitê de Defesa da Água de Cochabamba) e associações de moradores (FEJUVE na cidade de El Alto). Ultimamente tem atraído também intelectuais e profissionais de classe média. (Crisis Group, 2005: 7).

A partir de 2002 e, mais fortemente, de 2003, o MAS passou a investir em sua institucionalização nas áreas urbanas, onde se organizou em seções e comitês tradicionais. A filiação, que antes, nas áreas camponesas e indígenas, era indireta, via movimentos sociais e sindicatos, foi acrescida de muitas filiações diretas de militantes individuais. A identidade masista passou a ser a identificação central de muitos dos membros do partido, enquanto que, originalmente, era secundária, estando a filiação ao seu movimento social ou sindical em primeiro lugar. Paralelamente, as assembleias de base e os movimentos sociais foram perdendo, no âmbito do partido, poder decisório para os parlamentares e a direção nacional (Silva, 2001: 79), fenômeno semelhante ao ocorrido no PT conforme o partido foi acumulando sucessos eleitorais. Em 2005 o partido já se apresentava como um herdeiro não apenas da tradição indígena, mas também da esquerda e do nacionalismo popular, deixando original postura rupturista, que em seu exclusivismo indianista excluía até mesmo os aspectos mais progressistas do passado (Silva, 2001: 117).

A opção democrática

Ao contrário do que pode parecer hoje, tendo em vista os resultados eleitorais do PT, a opção pela democracia não era óbvia e nem natural entre os petistas, e foi resultado de um profundo processo de disputas políticas. Não apenas isso, o caminho assumido pelo partido não era o único existente dentro da opção programática, ou seja, não se tratava de uma polarização, mas de várias possibilidades em aberto.

Como já foi visto, o PT é um partido criado a partir dos de baixo, da classe trabalhadora e hegemonizado por uma maioria que rejeitava a hierarquia e a

oriundos de movimentos urbanos e de experiências de esquerda tradicional tendem a qualificá-lo como um partido popular ou de esquerda” (Silva, 2001: 77).

diferenciação entre base e direção, proclamando uma concepção de partido que deveria representar os interesses da classe. Juarez Guimarães (1990) demonstrou em sua dissertação de mestrado que essa concepção classista que foi dominante no PT não era nova, mas tinha vínculos estreitos com os partidos que se construíram na Europa do século XIX, no contexto da I e da II Internacional dos Trabalhadores.

O corolário desse classismo não era a opção democrática. Ao contrário, nessa tradição, ele foi responsável por uma negação da política realmente existente, isto é, uma negação do Estado enquanto um espaço a ser disputado, e também uma negação das alianças com outras classes e frações de classe. Essas duas características estiveram presentes no PT desde a sua fundação e foram superadas em prol da opção democrática.

O tema das alianças é fértil para demonstrar essa superação, posto que gerou um debate intenso e cheio de formulações que vão demonstrando a aceitação por parte dos petistas da via democrática. Sarti (2006: 26) registra que o PT era radicalmente contrário, nos primeiros anos, às alianças político-partidárias. “O PT investiu em candidaturas majoritárias com uma estratégia de fortalecimento do partido e como afirmação de uma alardeada virtude: o partido não faria alianças nem concessões por motivos eleitoreiros”. E, de fato, o partido apresentou um crescimento constante das suas vitórias eleitorais desde a sua origem, conquistando prefeituras, governos estaduais e aumentando progressivamente seu número de parlamentares.

Os fundadores do PT não se contrapunham apenas ao regime autoritário, mas também ao período democrático de 1945 a 64, que eles viam de forma muito semelhante ao que era o sistema político europeu antes da entrada dos partidos socialistas. Isso fica explícito na Carta de Princípios de 1979 (PT, 1998: 53), em que se afirma que se tratou de uma “democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes” que excluía “a participação organizada do povo”.

No período entre 1986 e 1991 o partido passou a criticar formulações absolutamente estreitas sobre acordos e compromissos, dentro do quadro de desenvolvimento rumo à opção democrática. O maior esforço partidário em elaborar sobre a questão se deu no 5º Encontro Nacional, em 1987. Nesse fórum, os petistas detalham o que seriam “alianças com princípios”, “alianças estratégicas”, “alianças táticas”, estas duas com diferenciações internas, “alianças no parlamento” e “alianças eleitorais” (PT, 1998: 323-327).

Essas reflexões são precedidas por um preâmbulo que reafirma a identidade classista e a crítica aos “partidos populistas”, às “tradições reformistas e/ou vanguardistas da esquerda brasileira”. Isso não impede uma mudança nas formulações deste encontro, com o partido pautando a questão das alianças como forma de combater o “sectarismo, o fracionismo e a divisão” das esquerdas “enquanto o Estado burguês se centralizava e a burguesia se unia” (PT, 1998: 323). A experiência concreta do movimento sindical é reivindicada como favorável a compromissos mais amplos. O PT atribui a derrota nas eleições do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo para Luis Antônio Medeiros, “continuador da política pelega”, a uma tática de alianças estreita, enquanto que no Rio de Janeiro os petistas conquistaram o sindicato da mesma categoria porque souberam ampliar seus aliados.

As resoluções mobilizam ainda a própria experiência partidária para demonstrar que alianças com a burguesia podem ser necessárias e até mesmo positivas: no movimento das “Diretas Já”, o PT firmou um compromisso com “setores burgueses” e com “a oposição liberal”, e a “derrota” desse movimento não se deu pela “política de alianças”, mas sim pela “força do regime militar”. O documento do 5º Encontro sintetiza o dilema das alianças com a frase “aliança não é uma questão de princípios para o PT, mas o PT só faz alianças com princípios”, e propõe uma aliança que dê conta de envolver não apenas as classes trabalhadoras, mas também “os excluídos”, “a pequena produção e a pequena propriedade” (PT, 1998: 324).

Dentro do tópico “alianças estratégicas”, o PT opera seu primeiro alargamento rumo a superar a exclusividade classista e assumir de modo estratégico a opção democrática. A “frente única classista” é fundamental, mas precisa ser ampliada. Assim, o PT coloca no mesmo patamar dessa aliança entre os setores do operariado e do campesinato o que ele denomina “frente democrática e popular”, com as “camadas médias e pequena burguesia”, os “intelectuais progressistas” e “pequenos proprietários” posto que apresentam, assim como os trabalhadores industriais e do campo, “profundas contradições com o capitalismo, com o sistema burguês”. Além desses setores, existem os milhões de “marginalizados do mercado de trabalho e de consumo” (PT, 1998: 325).

A constituinte de 1987-1988 foi o espaço em que se agudizaram as tensões entre as posições originais do PT e as transformações que vinham atingindo o partido rumo à opção democrática. Formou-se um mito junto à sociedade brasileira de que o PT não teria assinado o texto constitucional. Nas eleições presidenciais de 2010, o candidato do

PSDB, José Serra, reiteradamente explorou esse mito como demonstração de um sectarismo dos petistas. O mais interessante é que o PT não procurou desmentir a afirmação, mesmo sabendo que o fato é que os deputados constituintes petistas assinaram sim a carta, ainda que tenham votado contra o texto final.

De todo modo, foi forte na cultura política petista a posição de que o partido não deveria assinar o texto constitucional. O debate sobre a estratégia do PT na constituinte foi aberto no diretório nacional do PT em 26 e 27 de março de 1987. Já em 28 e 29 de maio de 1988 a executiva nacional do partido definiu uma estratégia de atuação para a militância partidária no tema: a tática seria mobilizar ao máximo os movimentos sociais e a sociedade civil organizada para pressionar o Congresso Constituinte a aprovar um texto com conquistas para a classe trabalhadora. Além disso, os petistas deveriam denunciar o caráter conciliador do Congresso Constituinte, e da nova Constituição, pois esta não seria submetida a um referendo popular.

Contudo, apesar disso, o PT assinou a Constituição de 1988, o que indica a força da opção democrática dentro do partido. Diferente do debate sobre a participação no colégio eleitoral, quando as forças populares foram derrotadas em um debate que polarizou a sociedade, a atuação do PT e da esquerda em 20 meses de Congresso Constituinte foi marcada por nuances, por avanços e recuos, vitórias e derrotas, em um contexto de mobilização popular intensa, quando o parlamento recebeu mais de 120 propostas de iniciativa popular somando 12 milhões de assinaturas.

Por isso, a decisão de romper com o Colégio Eleitoral foi amplamente majoritária no PT, só discordando dela os parlamentares, ao passo que a decisão de não assinar a Constituição de 1988 foi derrotada no partido. Não é correto, contudo, adotar a partir dessa postura do PT a visão de que o partido já estaria institucionalizado. A votação contrária ao texto levada a cabo pelos deputados petistas é, nesse sentido, mais significativa de uma posição partidária mais profunda, que encarou a Constituição de 1988 como uma derrota dos setores populares e uma vitória da conciliação de classe e que evidenciava a permanência de dúvidas no PT quanto à opção pela via institucional.

É verdade que essas dúvidas no PT nunca geraram um conceito de revolução como tomada do poder político a partir de um movimento insurrecional. Os petistas jamais se motivaram a realizar uma revolução nos moldes bolcheviques, que tanto inspirou os comunistas brasileiros. Nesse sentido, o PT é sim um partido novo, que desde o início valorizou a democracia, ainda que uma democracia com conteúdo popular, radical, e não

aquela realmente existente. Esta ambiguidade, em conjunto com o classismo inicial, demonstrava que a opção pela institucionalidade não seria imediata. De todo modo, as condições para a entrada do PT na política e no Estado “burguês” estavam colocadas.

Novamente, as opiniões do PT sobre a Constituinte são um bom exemplo desse movimento inicial de valorizar a democracia apenas com um conteúdo popular. Em 1985, o partido declara “não aguardar a instalação da Constituinte para exigir estas mudanças [democráticas]”, devendo “lutar para conquistá-las desde já” (PT, 1998: 189). Em 1986, o PT denuncia “A constituinte como um momento importante da transição burguesa. [...] seu objetivo básico não é transformar a sociedade ou mesmo reformá-la, mas somente estabelecer formas de continuidade do sistema capitalista” (PT, 1998: 229). No 5º Encontro (1987), as questões da democracia e da revolução foram ganhando mais nitidez: “Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical, os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado.” (PT, 1998: 312). O que se vê nas resoluções partidárias não é mais a ruptura radical dos primeiros anos, mas sim uma mudança política radical. O que parece apenas um jogo de palavras tem dimensões mais substantivas quando analisamos conceitos como hegemonia, com o qual claramente o partido se propõe ao afirmar:

[...] o socialismo e o poder se constroem na luta cotidiana, [...] muitas das formas econômicas, sociais e políticas da construção socialista surgirão, sem dúvida, da experiência da luta de classe contra o capitalismo. [...] Muitas dessas formas que hoje não conseguem desenvolver-se em virtude da opressão capitalista, como as pequenas cooperativas, as compras comunitárias, as comunidades locais, os conselhos populares etc, provavelmente encontrarão um campo fértil para crescer nas novas condições socialistas (PT, 1998: 312).

Nesse mesmo encontro, as tensões continuaram. De um lado, o PT afirmou pela primeira vez que o socialismo seria construído no Brasil com a conquista eleitoral do governo: “Na situação política caracterizada pela existência de um governo que execute um programa democrático, popular e antiimperialista, caberá ao PT e aos seus aliados criarem as condições para as transformações socialistas.” (PT, 1998: 322). Por outro, recolocou a questão da ruptura revolucionária:

Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiário e antimonopólio, [...] tem um duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e ordem burguesa, portanto, um governo hegemônico pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária [...] (PT, 1998: 322).

Mesmo com as contradições, é visível o caminhar do partido no sentido de unificar governo e mudança, indo para além da problemática da ruptura. Para o PT, em 1987, “um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo” (PT, 1998: 322).

Esse rumo avança ainda mais no encontro seguinte, o 6º, em 1989, quando o PT se propõe a pensar os desafios de um possível governo Lula, diante das boas perspectivas eleitorais. O governo Lula terá conteúdo socialista, será hegemonizado pelos trabalhadores, realizará avanços importantes, mas terá limites institucionais claros e definidos, além da resistência aberta das elites. Dito de outra forma:

Abre-se, assim, um novo período de disputa de hegemonia da sociedade brasileira [...]. Embora não exista uma crise do tipo revolucionário, nem mesmo uma situação revolucionária, podemos e devemos conquistar o Executivo, a Presidência da República [...]. Tudo isso criará as condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas [...]. Eis porque nossa tática para concorrer à Presidência da República com a candidatura do companheiro Lula e com um programa democrático e popular está associada à nossa política de acúmulo de forças e à nossa concepção de disputa de hegemonia na sociedade. Qualquer separação nessa linha pode conduzir à aventura de colocar na ordem do dia, hoje, a tomada de poder. (PT, 1998: 396-397; 400).

Muito significativa essa última passagem, a tal ponto que a passagem seguinte se caracteriza apenas como a última manifestação de uma concepção de transformação que estava em vias de ser superada: “Nosso projeto político vai além de ganhar a eleição presidencial. Seu sentido histórico é de transformar o país, realizar uma revolução política e social” (PT, 1998: 401). A experiência da derrota eleitoral de Lula em 1989 atuou sobre o PT no sentido de completar essa superação. Em 1990, no 7º Encontro, os petistas afirmam que “[...] a democracia tem, para o PT, um valor estratégico. Para nós, ela é, a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada” (PT, 1998: 429), e complementam: “A nova sociedade que lutamos para construir [...] buscará constituir-se como um sujeito democrático coletivo [...]” (PT, 1998: 434).

A partir da década de 90, após Lula quase vencer as eleições de 89, os partidos de centro e de direita precisaram se unir, apesar de suas diferenças, em um bloco único, para afastá-lo do poder. O PT passou a ser um divisor de águas, influenciando as ações de todos os demais atores do jogo político brasileiro, com o petismo e o antipetismo mobilizando considerável parte do eleitorado (Singer, 2001).

O I Congresso do Partido, em 1991, apenas delimita melhor as formulações do VII Encontro, especialmente no que tange o conceito de hegemonia, retirado diretamente da obra de Gramsci, e que articula democracia e revolução de forma estratégica, afastando definitivamente qualquer perspectiva de democracia instrumental ou revolução insurrecional. Não há um abandono programático do socialismo: “Afirma-se que o mercado é compatível com a concepção petista de socialismo, mas admite-se que *poderá*, no futuro, haver a superação definitiva das ‘relações mercantis de produção’.” (Singer, 2001: 41).

A disputa da presidência da República em 1994 ganha papel central no futuro político petista. A partir daí, o PT inicia uma nova trajetória, que vai culminar inclusive na mudança dos objetivos políticos petistas. Em 1993, pela primeira vez, o grupo de Lula perde a maioria partidária para a chamada “esquerda petista”. Ironicamente, é nesse 8º Encontro que aparece pela primeira vez a expressão “revolução democrática”, que o PT usará a partir de 1995, quando Lula retoma a direção, e após a derrota para Fernando Henrique, para abandonar gradativamente o socialismo como objetivo explícito e preparar o partido para vencer as eleições, substituindo a noção de transformação radical por mudança a partir da disputa eleitoral: “[...] para derrotar o projeto neoliberal, o PT terá que dar um salto de qualidade: reelaborar sua estratégia de poder [...]. Terá que atualizar e reelaborar um programa democrático e popular [...]” (PT, 1998: 617).

A identidade classista está finalmente superada. O partido, que antes negava a política em nome do interesse da classe, passa a submeter esses interesses ao processo democrático, que pressupõe a conquista de toda a sociedade, a construção de uma hegemonia que vá além dos trabalhadores. E com isso a opção democrática estava consolidada. Com esse salto, a palavra socialismo desaparece das resoluções partidárias, dos discursos dos principais líderes. Na próxima seção será analisado como foi o desenvolvimento programático do PT que acompanhou a via democrática.

O MAS foi criado com o intuito de disputar o poder dentro da institucionalidade, de dar a um amplo setor da população uma representação da qual estava excluído. Ainda que tenha seguido, durante sua existência como principal força de oposição até a vitória eleitoral de 2005, apoiando as mobilizações de pressão nas ruas, elas gradativamente foram perdendo peso pela percepção de que era possível alcançar os objetivos por meio da vitória na disputa eleitoral, percepção esta que foi ficando mais forte a partir dos pleitos de 1995, 1997 e 1999 (Silva, 2011). Mesmo na oposição, no entanto, o MAS não

questionou “as regras do jogo e a legitimidade dos processos eleitorais” em si (Mayorga, 2005), defendeu a sucessão presidencial após a renúncia do presidente Sánchez de Lozada e negociou apoio parlamentar ao sucessor, Carlos Mesa, em troca de políticas (notadamente do recuo na perseguição aos plantadores de coca, no âmbito do plano “coca zero” incentivado pelos Estados Unidos).

O MAS buscou alterar as leis por meio da maximização de sua bancada – inclusive com a modificação do sistema eleitoral, que passou a vincular a votação para o Legislativo à votação para o candidato presidencial – e a convocação de uma Assembleia Constituinte. Há um empenho no aumento do caráter direto e plebiscitário da democracia, com o fortalecimento dos movimentos sociais em detrimento de partidos sem inserção social, por meio da convocação de referendos e plebiscitos, inclusive de remoção de governantes, e não apenas como política de governo, mas como legislação.

O MAS foi capaz de ditar a agenda da política boliviana não porque ignora os preceitos democráticos, mas porque, além de ser majoritário na Câmara (e atualmente também no Senado) e na Constituinte, a própria oposição a ele sempre foi dividida em todas as esferas, possibilitando que o MAS a dividisse, negociando apenas com parte dela. Por outro lado, após a implosão dos partidos tradicionais (dos três principais nos anos 1990, apenas o MNR ainda existe, e ainda assim com importância limitada) e a efêmera existência do PODEMOS (que se tornou o segundo maior grupo político do país em 2005 e, em 2009, já havia sido extinto), a oposição vai incorporando dissidentes do MAS. A Aliança Social (AS), partido forte em Potosí, além dos agrupamentos liderados por Alejo Véliz e por Román Loayza, um fundador do MAS, são exemplos disso. O segundo maior partido do país hoje é um ex-aliado do MAS atualmente na oposição, o Movimento Sem Medo (MSM) (Cunha Filho, 2010).

Ainda assim, o MAS tem ampla maioria nas duas casas legislativas, de modo que, ao menos enquanto Morales pode continuar no governo, as limitações à atuação do MAS são muito mais de ordem econômica do que institucional, o inverso da situação do PT brasileiro, que governa um país muito mais rico mas é minoritário e precisa do apoio de partidos conservadores. Ambos os partidos enfrentam limitação externa para um aprofundamento de políticas de esquerda, mas tal limitação é de natureza distinta em cada caso.

A Plataforma Programática

Até o 4º Encontro Nacional, em 1986, o PT não apresentou qualquer esforço teórico mais elaborado. Nas quase 200 páginas que compõem as resoluções de três encontros nacionais ordinários e um extraordinário, a necessidade de se fazer uma formação político-teórica surgiu em apenas alguns parágrafos, para afirmar que o partido “deve” fazer uma formação política e afastar os perigos do “ativismo e do teoricismo” (PT, 1998: 145-146). Não obstante, o mesmo período – 1986 até 1991 – que marca a transição petista para a opção democrática foi o mais rico para as formulações programáticas dentro do PT, pois o partido empreendeu ao longo de diversos encontros e um congresso um esforço perceptível de elaborar sua teoria.

No 4º Encontro o PT aprova uma elaborada linha sindical, na qual faz um histórico do sindicalismo no Brasil totalmente atento à periodização da teoria do populismo uspiano: movimento autônomo até 1930, cooptação pelo Estado a partir da estrutura corporativista varguista, redemocratização em 1946 como uma oportunidade perdida pela classe trabalhadora por conta dos erros dos comunistas, e o PT e a CUT como a grande novidade da história dos trabalhadores, por significar um movimento autônomo, nacional, de base etc. (PT, 1998: 197-226).

Tão importante quanto essa definição foi o “Plano de ação política e organizativa”, no qual, pela primeira vez na sua história, o PT apresenta sua visão sobre o “capitalismo brasileiro”, sobre “as classes sociais no Brasil”, a respeito de como “conscientizar as classes” em uma “perspectiva de transformações na direção do socialismo” e sobre qual seria o “caminho para o socialismo” e como seria a “sociedade socialista”. (PT, 1998: 246-258). O padrão dessas resoluções seria a tônica de todo o período, e os próximos encontros petistas significariam mais um desenvolvimento dessas ideias.

O capitalismo brasileiro é descrito como de “alto nível de desenvolvimento”, ainda que “regionalmente muito desigual”. É um capitalismo que “desenvolveu-se de forma subordinada e dependente do capitalismo internacional”, e aqui aparece com força a teoria da dependência (PT, 1998: 246-247). As classes fundamentais do capitalismo já estariam formadas, na opinião do PT, com a burguesia conseguindo impor sua hegemonia por meio do Estado. O quadro das classes sociais brasileiras “mostra um inegável situação de luta de classes” (PT, 1998: 251) e aqui temos a teoria do populismo.

O problema da ruptura está colocado, portanto, como resultado das duas teorias desenvolvidas pelo mesmo núcleo universitário paulista, a teoria do populismo e a teoria da dependência. A passagem a seguir é exemplar dessa fusão teórica, pois ambas as

formulações acadêmicas defendiam que “a superação definitiva da exploração e da opressão sobre o povo brasileiro não se dará com simples reformas superficiais e paliativas, mas sim com a ruptura radical contra a ordem burguesa e a construção de uma sociedade sem classes, igualitária” (PT, 1998: 251).

Em passagem do mesmo Encontro, o papel da política, da estratégia e do programa é central, o que demonstra que o PT estava consolidando sua visão de mundo e da luta de classes no Brasil, que segundo o partido

[...] já apresentam condições necessárias para as lutas que permitam um acúmulo de forças, ampliem o espaço democrático, assegurem e intensifiquem os avanços e conquistas populares e, ainda mais, criem as brechas, os caminhos e as pontes capazes de construir as transformações indispensáveis na direção da construção de uma sociedade socialista (PT, 1998: 252).

O partido seguiu seu rumo no Encontro Nacional seguinte, o quinto, em 1987, no qual pela primeira vez deixou clara a sua concepção democrática de socialismo e rejeitou explicitamente a “adoção de uma via revolucionária” como se “reforma e revolução” fossem “termos e práticas antagônicas” (PT, 1998: 313). No mesmo sentido, o partido recusa concepções de quem se opõe “a que se aproveitem as contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia” e se coloca “contra qualquer aliança política, tática ou pontual com alguns desses setores.” (PT, 1998: 314).

O 6º Encontro Nacional se realizou em 1989, totalmente dominado pela dinâmica da candidatura Lula, pela qual os petistas pretendiam concretizar as formulações constituídas no período anterior. A possibilidade de vitória em 1989 aparece teoricamente como “novo período na disputa pela hegemonia na sociedade brasileira”, no qual o velho dilema da esquerda brasileira estaria superado: não se trata mais de optar por “apoiar os projetos nacionais e/ou reformistas da burguesia ou cair no isolamento no gueto político e cultural”. (PT, 1998: 396). O partido então conclui que: “Embora não exista uma crise do tipo revolucionária, nem mesmo uma situação revolucionária, podemos e devemos conquistar o Executivo, a Presidência da República” (PT, 1998: 397).

Conforme observa Silva (2011: 171), nesse encontro o termo “neoliberalismo” surgiu no vocabulário petista, para se referir ao candidato Fernando Collor como “variante populista do neoliberalismo”, sendo depois utilizado constantemente ao longo do governo dele e, depois, para se referir a Fernando Henrique Cardoso, moderando-se as

críticas apenas durante o governo Itamar Franco (Silva, 2001: 40). Houve um processo de transição do anticapitalismo para o antineoliberalismo.

O 7º Encontro Nacional ocorreu em 1990, quando o partido já havia sido derrotado nas urnas. Mas as formulações programáticas petistas mantiveram seu vigor, e foi nesse fórum que a famosa resolução chamada “socialismo petista” foi aprovada, com uma afirmação radical dos princípios democráticos marcando a reação da cultura política petista à derrota. No mesmo encontro, o PT fez um balanço da derrota, dos seus limites estratégicos, das suas potencialidades organizativas de forma a aprofundar uma reflexão teórica que armasse o partido para as lutas seguintes.

Esse período de desenvolvimento pragmático petista se encerra com o I Congresso do Partido, em 1991, como forma de preparar os petistas para a nova situação internacional de queda do muro de Berlim e fim da União Soviética, síntese de um processo de amadurecimento prático e intelectual petista, o congresso, mesmo confirmando o momento precedente, termina por abrir um novo período de tensões pautadas por um novo deslocamento da questão programática, em que o que está em jogo é o debate sobre a centralidade da dinâmica eleitoral.

Em 1993, pela primeira e única vez a chamada “esquerda” partidária assumiu o controle do PT, situação que se alteraria em 1995, quando o grupo de Lula retomou o poder no partido. Não faremos muitas considerações sobre o porquê dessa composição ter sido derrotada tão depressa. O necessário para este trabalho é apenas registrar que as resoluções do 8º Encontro Nacional, de 1993, são o último suspiro de um debate programático mais denso. No partido se falou em “revolução democrática”, em constituir um “movimento democrático e popular pelas reformas estruturais”, em um programa “antimonopolista, antilatifundiário e antiimperialista” (PT, 1998: 547-548 e 551).

O 9º encontro é apenas eleitoral, preparando o partido para as eleições de 1994, sem qualquer debate mais profundo. A partir do 10º Encontro as transformações são evidentes. O PT nem nega o seu passado, nem as resoluções sobre o socialismo petista, mas simplesmente vai parando de refletir sobre sua prática. O basismo da origem retornou não mais como representação plena da classe, mas como uma fusão entre objetivos eleitorais e objetivos programáticos, com todas as resoluções partidárias servindo apenas como instrumento para uma almejada vitória de Lula nas eleições presidenciais. Somaram-se análises de conjuntura, propostas de governo, propaganda das experiências petistas em gestões municipais ou estaduais.

Após conquistar a presidência da República, o PT passou a concentrar seus esforços intelectuais em justificar a ação governamental, pensando-a em uma dinâmica mais estratégica, para além do dia-a-dia administrativo. Contudo, o resultado tem sido uma prioridade excessiva para temas como desenvolvimento econômico e expansão da cidadania via ampliação do mercado de trabalho e de consumo.

Essas características se reforçaram após 2005, com o chamado escândalo do mensalão. As correntes aumentaram o grau de acordo e unidade, formando pactos e aumentando a colaboração e centralização. Paralelamente a esse processo, o governo Lula alterou algumas de suas marcas, trocando a retórica da estabilidade monetária por um discurso – acompanhado de uma nova prática administrativa – desenvolvimentista, voltado para a superação da miséria, para a geração de empregos e crescimento econômico com distribuição de renda e construção de uma sociedade nacional autônoma frente ao imperialismo e integrada com os países vizinhos da América do Sul.

Esses quatro pilares da plataforma política petista começaram a ser identificados com uma série de ações do governo, como o aumento do salário mínimo, o bolsa família, o crédito para os mais pobres, a política externa fortemente voltada para as parcerias com os países sul-americanos e de enfrentamento com os Estados Unidos, etc.

Singer (2009) observa que o “tripé formado pelo Bolsa Família, pelo salário mínimo e pela expansão do crédito” e os programas de distribuição de renda levaram a uma queda significativa da pobreza a partir de 2004, quando a economia voltou a crescer e o desemprego a cair. Hunter e Power (2007), por sua vez, argumentam que o principal responsável pela redução da pobreza foi o aumento real do salário mínimo em 24,25% no primeiro mandato de Lula. Já o crédito consignado, que foi criado em 2004 e permite que os bancos descontem diretamente dos rendimentos de assalariados e pensionistas as parcelas mensais de seus empréstimos, permitiu que segmentos de baixa renda tivessem acesso a dezenas de bilhões de reais de consumo.

Os resultado condizentes com o que pregava o partido contribuíram para aumentar a força de liderança de Lula na sociedade e, conseqüentemente, no partido. O grau de coesão voltou aos patamares da década de 1980, com o conjunto das tendências reivindicando o sentido estratégico do governo Lula, engajando-se na formulação e implementação de políticas públicas. Não obstante, o nível do debate programático não retornou aos seus melhores patamares, de meados dos anos 1980 e início dos anos 1990.

Por exemplo, no 3º Congresso, em 2007, o tema da relação do partido com as eleições simplesmente desapareceu. Uma leitura possível é a de que o partido já estava no segundo mandato de Lula, e essa questão deixou de ser algo polêmico para os petistas. De fato, em um congresso chamado para atualizar a concepção de socialismo do PT, sendo esse o primeiro e principal ponto da pauta do congresso, a defesa das ações do governo Lula ocupa cerca de 20 páginas, relativas à segunda pauta do congresso, “O Brasil que queremos”. Esse processo culmina com a realização do 4º Congresso do PT, realizado em 2010, que serviu para lançar Dilma Rousseff como candidata a presidente e para elaborar a proposta petista de programa de governo.

Também no que tange ao debate sobre a concepção de socialismo, a perspectiva não é a mesma. A militância, os dirigentes, as correntes seguiram discutindo os caminhos do socialismo no Brasil e no mundo. Mas, quando o partido se dedicou a esse tema nos seus congressos de 1998 e 2007, o fez em uma nova dimensão, muito mais para reafirmar valores e princípios utópicos do que para pensar em um programa político de transformação que deveria ser implantado pelo partido uma vez no poder.

A resolução do 3º Congresso, que atualiza o socialismo petista, é interessante para a análise aqui empreendida. Primeiro, ao reconhecer que o Brasil é uma sociedade de classes, da qual o conflito entre elas é constitutivo, o PT se mantém no campo dos partidos de esquerda que lutam pela transformação social. Apesar disso, a atualização da concepção de socialismo do partido em nada dialoga com a experiência de governo do PT. Trata-se de reafirmar princípios e valores, mas não de confrontá-los com a prática partidária. É claro que a realização de um congresso partidário para debater o socialismo ilustra uma vontade coletiva dos petistas de não sofrer novas mutações que descaracterizem o partido. Entretanto, a oportunidade de contrastar os fundamentos do socialismo petista com a prática de governo foi perdida. E esse “enfrentamento” poderia auxiliar ainda mais na superação dos desafios colocados para a esquerda mundial.

Ao que parece, a diminuição do debate programático deixou de ser um problema para o conjunto do partido. Até 2005, a intensidade dos debates internos do PT se manteve alta, em temperatura até maior do que na década de 1990. As correntes da chamada “esquerda petista” cobravam do governo questões programáticas, como por exemplo a adoção do orçamento participativo. Após a crise política e a reorientação do governo Lula, porém, os decibéis da disputa interna petista diminuíram sensivelmente. A mobilização e realização do 3º Congresso em 2007 e do 4º Congresso em 2010 foram

altamente consensuais, bem como a escolha de Dilma Rousseff como candidata a presidente. A prioridade das correntes internas do PT agora é a de contribuir para a gestão nacional. Mesmo o processo de críticas, intenso nos primeiros anos, agora assume outro caráter, de sugestões de políticas públicas. O PT prefere exaltar as realizações dos oito anos de governo Lula do que apontar os limites e as necessidades de reformas estruturais. O 3º Congresso aprovou por consenso a luta pelo Orçamento Participativo Nacional, sem que o partido tenha levado essa pauta adiante no seu dia-a-dia.

É importante mencionar, no entanto, que o governo Lula promoveu a ampliação de mecanismos participativos, com a criação e recriação de conferências e conselhos nacionais, como o de Promoção de Igualdade Racial, o dos Direitos da Mulher, o de Combate à Discriminação, o dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, o dos Direitos do Idoso, o dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, o de Juventude, o das Cidades, e a Comissão Nacional de Política Indigenista, com o intuito de ampliar a participação popular na gestão das políticas públicas, inclusive a de grupos sociais e culturais minoritários (Pogrebinski, 2010).

Quanto ao MAS, seu discurso antiimperialista é forte, foi importante para concentrar a votação dos insatisfeitos com a democracia pactuada neoliberal e para distinguir o partido dos adversários, mas as políticas econômicas adotadas por ele no governo não implicam uma ruptura mais radical. Há um efetivo direcionamento para a redução da pobreza e para a emancipação de segmentos excluídos, mas não um rompimento com o capitalismo.

Diferentemente dos antecessores, no entanto, o MAS realiza uma ampliação da participação do Estado na economia, tanto por meio de empresas estatais como de um maior controle da ação privada. Além disso, adota ainda políticas de redistribuição de renda semelhantes às do governo do PT no Brasil, com destaque para o Bono Juancito Pinto, semelhante ao bolsa família, e para o Renda Dignidade, este último voltado para idosos (Zucco, 2009).

O MAS adota políticas macroeconômicas ortodoxas, evitando a alta da inflação, que havia sido alarmante na Bolívia nos anos 1980 (Stefanoni, 2010), da mesma forma que o PT fez no governo Lula. Tal como o PT, o partido substituiu um discurso anticapitalista por um apenas antineoliberal. Além disso, especialmente a partir de 2005, o partido abandonou seu antigo tom “antimodernista” de defesa de um “sistema comunitário”, assumindo um tom “modernizador e não explicitamente anticapitalista”,

advogando inclusive pelo investimento em infraestrutura com o apoio ao empresariado nacional (Silva, 2011). Trata-se de uma estratégia desenvolvimentista que inclui a agregação de valor aos produtos exportados pelo país, especialmente por meio da industrialização dos recursos naturais, e a busca por investimentos internacionais para que o país cresça, elementos explícitos no Plano Nacional de Desenvolvimento. Já no discurso de posse em 2006, Evo Morales afirmou que era preciso industrializar os recursos naturais, porque o país não podia seguir apenas exportando matéria-prima.

O vice-presidente e ideólogo do MAS Álvaro García Linera defende um “processo nacional-produtivo” em que o Estado tem protagonismo no capitalismo, e para explicá-lo utiliza a metáfora do trem: o Estado é a locomotiva econômica, seguida pelo vagão da iniciativa privada nacional, depois pelo dos investidores estrangeiros, e só então vêm os vagões da economia camponesa e da economia indígena (Stefanoni, 2010: 14-15).

Apesar de ter enfatizado mais a dimensão direita-esquerda e de ter adotado um discurso mais modernizador e desenvolvimentista, o MAS nunca abandonou, por mais que o tenha arrefecido, seu caráter étnico, tanto que Silva (2011) chega mesmo a classificá-lo como étnico-congressual (além de movimentista, por sua característica de frente descrita na seção “Organização interna” deste artigo), seguindo a tipologia de partidos de Gunther e Diamond (2003).

Dentro desse âmbito está a transformação do país em um Estado plurinacional. Com isso, valorizou as leis tradicionais das comunidades originárias, elevadas a um status oficial nos territórios indígenas, inclusive legalizando a forma comunitária como uma das configurações possíveis da democracia no país, de modo que dirigentes dos povos indígenas devem ser selecionados por usos e costumes, sob a supervisão da Justiça eleitoral quando não se aplicar a necessidade de voto igual, universal, direto, secreto, livre e obrigatório (Pérez Flores, Cunha Filho, Coelho, 2010). Há ainda quotas para a representação política das diferentes nações indígenas, especialmente aimarás, quéchuas e guaranis.

Além disso, foram adotadas outras políticas para a valorização cultural e dos idiomas originários, tal como a criação de três universidades indígenas, cada uma voltada para uma diferente nação, com aulas no respectivo idioma e incluindo o ensino das suas próprias tradições. A universidade quéchua Casimiro Huanta, em Chimoré, departamento de Cochabamba, a universidade aimará Tupac Katari, em La Paz, e a universidade

guarani Apiaguaiki Tumpa, em Kuruyuki, departamento de Chuquisaca, têm todas a mesma infraestrutura que as universidades bolivianas tradicionais.

Outras políticas prioritárias do MAS têm sido aquelas de “participação ampliada” da população na política, mais uma vez lembrando as iniciativas do PT com o orçamento participativo e os conselhos e conferências nacionais. Na Bolívia, todos os cargos do Judiciário passaram a ser eletivos e todos os cargos do Executivo e do Legislativo passaram a ser passíveis de ser revogados pelo eleitorado. Além disso, a Constituição prevê mecanismos de iniciativa legislativa e de co-gestão por parte da população (Pérez Flores, Cunha Filho e Coelho, 2010). O avanço no aspecto participativo e direto da democracia tem inspiração na democracia de base ou de consenso exercida nos sindicatos comunais, que deram origem ao MAS (Silva, 2011: 147).

Conclusão

Conforme apresentado na introdução deste capítulo, há, pelo menos, três grandes modos de interpretar as forças de esquerda que governam ou disputam os governos na América do Sul. Dois deles consideram que existem “duas esquerdas” no continente, e ressaltam as diferenças entre o MAS e o PT, como casos antagônicos. Esse é o diagnóstico daqueles autores que apontam o PT como um caso “bom”, de partido social-democrata responsável, e o MAS como um caso “mau”, de partido populista rentista. É, também, a conclusão dos autores que veem o MAS como um caso “bom”, que rompe efetivamente com o capitalismo, e o PT como um caso “mau”, de partido cooptado pelo sistema, que defende a sua reprodução. Em contraste com os dois anteriores, o terceiro modo reconheceria as esquerdas sul-americanas como parte de um mesmo movimento estratégico de superação do neoliberalismo.

O presente trabalho, ainda que alinhado ao terceiro modo de interpretação, explorou em um estudo comparado as muitas semelhanças específicas entre dois casos tidos como muito diferentes por ambos os grupos teóricos das duas “esquerdas”, semelhanças essas que são mais fortes do que aquelas presentes na sua comparação com a maioria dos demais casos classificados no mesmo grupo pelos teóricos que veem a esquerda da região como mais homogeneamente antineoliberal. Aqui, os aspectos em que o MAS e o PT são partidos semelhantes, a despeito das sempre ressaltadas características contrastantes, são sua origem, sua organização, sua adesão à democracia e as políticas públicas que eles perseguem, voltadas para a superação do neoliberalismo.

Ambos nascem como partidos de massa, pluriclassistas e representantes de um amplo “povo explorado”, e não como partidos unicamente da classe operária, tal como ocorreu com a esquerda europeia no final do século XIX e início do XX. Enquanto o PT nasce a partir da ação de sindicalistas urbanos, com destaque para o setor metalúrgico liderado por Lula – ainda que entidades camponesas de defesa da reforma agrária tenham se inserido –, o MAS surge a partir da ação de sindicatos indígenas camponeses, especialmente dos plantadores de folhas de coca, como Evo Morales. Enquanto o sindicalismo que originaria o PT era o “novo sindicalismo”, que rompia com o “peleguismo” dos sindicatos tutelados pelo Estado, os trabalhadores organizados que se reuniram para fundar o MAS eram, em sua esmagadora maioria, do meio rural, havendo uma participação de apenas uma parte da central sindical operária COB, que historicamente havia deixado os camponeses em segundo plano apesar de sua maior presença numérica na população economicamente ativa. Ambos os partidos, portanto, uniam trabalhadores urbanos e rurais – com primazia do primeiro no país mais urbanizado e dos últimos naquele de maior presença de uma agricultura tradicional – com o traço comum de que se reuniam em associações políticas inovadoras, que rompiam com as pré-estabelecidas, incapazes de defender seus interesses de alteração do *status quo*. Os dois partidos tiveram em sua fundação, também, a atuação de outros movimentos sociais, de intelectuais de esquerda e de setores progressistas da Igreja Católica.

O fato de os dois partidos terem uma origem de tipo “movimentista” contribuiu para que mantivessem estruturas plurais, ainda que gradativamente tenham fortalecido a centralização das decisões nas lideranças (Silva, 2011). As correntes do PT, com a regularização de suas identidades próprias a partir do reconhecimento do “direito de tendência”, disputam posições dentro do partido. No MAS, movimentos a ele filiados mantêm suas próprias identidades, que originalmente eram mais fortes para seus membros do que o próprio pertencimento ao “instrumento político”. Em ambos os casos o líder histórico – Lula ou Evo – teve papel importante na manutenção de facções diferentes dentro do partido. Suas vitórias eleitorais, especialmente a presidencial, foram uma força centrípeta de união das facções, mas também contribuíram para maior centralização decisória e para o enfraquecimento de instâncias de base, que, ainda que com traços diferentes, existem desde o começo tanto no PT como no MAS.

Os dois partidos nasceram já voltados para a participação na democracia representativa, mas sua adesão a ela como algo mais do que instrumental seguiu um

processo semelhante ao narrado por Przeworski (1989). Da mesma forma, a moderação do discurso também foi progressiva, ainda que maior no caso do PT, e que o MAS tenha se mantido alheio às alianças com os partidos de centro e de direita. Tal diferença se explica pela maior fragmentação partidária no Brasil, que força à formação de coalizões de governo, enquanto que, na Bolívia, o MAS supera sozinho a metade dos votos, podendo formar governos de um só partido.

Programática e ideologicamente, a despeito de um discurso geralmente mais radical por parte do MAS, os partidos boliviano e brasileiro aqui estudados convergem. Ambos têm uma trajetória de valorização da práxis com um menor nível de teorização – ainda que nada desprezível, especialmente se considerada a proximidade com intelectuais – e com certa aversão à importação de modelos de outros países. Ambos, desde cedo, ainda que não desde o início, manifestaram explicitamente a recusa da opção do assalto violento ao poder em favor da via democrática, que os dois consideram que não pode se limitar à representatividade, sendo preciso também avançar em práticas de democracia direta. Uma vez no governo, ambos seguiram uma via desenvolvimentista, sem romper com a ortodoxia fiscal dos predecessores neoliberais, mas com um acentuado investimento em redistribuição de renda e combate à miséria.

Conforme bem avalia Silva (2011: 183), os dois partidos, a exemplo da Frente Ampla no Uruguai e do Partido Socialista do Chile, afastaram-se de um anticapitalismo em suas origens e passaram a adotar um discurso especificamente “antineoliberal”, isto é, que se moderou mas não perdeu um apelo crítico e alternativo.

Se, por um lado, a comparação entre MAS e PT tem o peso de apresentar semelhanças específicas entre dois casos, que por vezes não estariam presentes em outros casos emblemáticos de vitórias da esquerda antineoliberal na região – como o PSUV venezuelano, a Frente ampla uruguaia ou a Aliança PAIS equatoriana –, por outro a desconstrução da polarização entre populistas e responsáveis ou entre refundadores e neoliberais – nas quais petistas e masistas sempre são colocados em lados opostos – fortalece a argumentação do bloco que sustenta um sentido estratégico comum aos governos progressistas sul-americanos, que é alvo de intensa polêmica tanto nos debates políticos quanto nos acadêmicos.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo (2011). “O Brasil da Era Lula”. *Margem Esquerda*, nº 16, pp.128-132.
- CASTAÑEDA, Jorge G. (2006). “Latin America's Left Turn”. *Foreign Affairs*, vol. 85, nº 3, pp. 28-43.
- CRISIS Group (2005). “Bolivia en la encrucijada: las elecciones de diciembre”. *Informe sobre América Latina*, nº 15. Bogotá e Bruxelas, dezembro.
- CUNHA FILHO, Clayton (2008). “2008, o ano da virada de Evo Morales?.” *Observador On-line*, vol. 3, nº 12, dezembro. Disponível em <http://www.opsa.com.br/images/pdf/observador/49_observador_topico_Observador_v_3_n_12.pdf>.
- ____ (2010). “O novo mapa político boliviano: uma interpretação a partir dos últimos resultados eleitorais.” *Observador On-line*, vol. 5, n. 6, junho. Disponível em <http://www.opsa.com.br/images/pdf/observador/68_observador_topico_Observador_v_5_n_6.pdf>.
- GUIMARÃES, Cesar, DOMINGUES, José Maurício e MANEIRO, Maria (2005). “Bolívia – A história sem fim”. *Análise de Conjuntura*, nº 5, abril. Disponível em <http://www.opsa.com.br/images/pdf/analise/6_analises_historia_sem_fim.pdf>.
- GUIMARÃES, Juarez Rocha (1990). Claro enigma: o PT e a tradição socialista. Dissertação (mestrado). Universidade de Campinas.
- ____ (2004). *A Esperança Equilibrista: O governo Lula em tempos de transição*. São Paulo: Perseu Abramo.
- GUNTHER, Richard e DIAMOND, Larry (2003). “Species of political parties: A new typology”. *Party Politics*, vol. 9, nº 2.
- HARNECKER, Marta e FUENTES, Federico (2008). *MAS-IPSP de Bolivia: Instrumento político que surge de los movimientos sociales*. Disponível em <<http://www.rebelion.org/docs/67155.pdf>>.
- HUNTER, Wendy y POWER, Thimoty J. (2007) “Rewarding Lula: executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006.” *Latin American Politics and Society*, vol. 49, nº 1.
- KECK, Margareth Elizabeth (1991). *PT: a lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática.
- LANZARO, Jorge (2007). “Gobiernos de izquierda en América Latina: entre el populismo y la social democracia – Uma tipología para avanzar en el análisis comparado”. *Análise de Conjuntura*, nº 12, dezembro. Disponível em <http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/40_analises_AC_n_12_dez_2007.pdf>.
- LIMA, Maria Regina Soares de (2008). “Apresentação”. In: ____ (org). *Desempenho de Governos Progressistas no Cone Sul: Agendas alternativas ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Edições IUPERJ.
- ____ e COUTINHO, Marcelo (2007). “Introdução”. In: ____ ____ (orgs). *A Agenda Sul-Americana: mudanças e desafios no início do século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- LUNA, Juan Pablo (2007). *The Rise of the Left and Latin American Party Systems*. Trabalho apresentado no workshop “Left Turns? Progressive Parties, Insurgent Movements, and Policy Alternatives in Latin America”, em Vancouver.

- MARINGONI, Gilberto (2004). *A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo: Perseu Abramo.
- ____ (2009). *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Unesp.
- MAYORGA, Fernando (2008). “El gobierno de Evo Morales: Cambio político y transición estatal en Bolivia”. In: Yusuke Murakami (ed.). *Tendencias políticas actuales en los países andinos*. Quioto: CIAS. Discussion Paper nº 5. Disponível em <<http://www.cias.kyoto-u.ac.jp/publish/files/2010/11/ciasdp05.pdf>>.
- MAYORGA, René Antonio (2005). “La Crisis del Sistema de Partidos Políticos en Bolivia: Causas y Consecuencias”. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, vol. 30, nº 59, pp. 55-92.
- MENEGUELLO, Rachel (1989). *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MONTENEGRO, Darlan F. (2009). *O Averso do Príncipe: programa e organização nas origens do Partido dos Trabalhadores*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro, IUPERJ.
- OLIVEIRA, Francisco de (2003). *A economia brasileira / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.) (2007). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo.
- PANIZZA, Francisco (2006). “La marea rosa”. *Análise de Conjuntura*, nº 8, agosto. Disponível em <http://www.opsa.com.br/images/pdf/analise/21_analises_La_marea_rosa.pdf>.
- PÉREZ FLORES, Fidel; CUNHA FILHO, Clayton M.; COELHO, André. L. (2010). “Participación ampliada y reforma del Estado: mecanismos constitucionales de democracia participativa en Bolivia, Ecuador y Venezuela.” *Observatorio Social de América Latina*, v. XI, pp. 73-95.
- PINTO, Darwin e NAVIA, Roberto (2007). “Político”, in _____. *...Un tal Evo*. Santa Cruz de la Sierra: Editorial El País, pp. 162-170.
- POMAR, Wladimir (1998). “Introdução”. In: PT. *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Perseu Abramo, pp. 17-38.
- POGREBINSCHI, Thamy (2010). *Participação como Representação: O impacto das conferências e conselhos nacionais na formulação e execução de políticas públicas*. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República; Rio de Janeiro: IESP. Relatório de pesquisa. Disponível em <<http://led.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2011/04/doc-intro-pesq-SGPR1.pdf>>.
- PRZEWORSKI, Adam. 1989. “A social-democracia como um fenômeno histórico.” In: _____. *Capitalismo e Social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PT (1998). *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Perseu Abramo.
- REIS, Guilherme Simões (2012). *A social-democracia do MAS boliviano*. Trabalho apresentado no VI Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP). Quito, 12 a 14 de junho.
- ____ e VIEIRA, Soraia Marcelino (2009). *Left-Wing Populists in Latin America?: An Analysis of the Chávez and Morales Governments*. Trabalho apresentado no 21º Congresso Mundial de Ciência Política, em Santiago do Chile. Disponível em <http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_1080.pdf>.

- RIDENTI, Marcelo (1993). *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP.
- SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed.
- SADER, Emir (2011). “Neoliberalismo versus pós-neoliberalismo: a disputa estratégica contemporânea.” *Margem Esquerda*, nº 16, pp. 123-127.
- SANTORO, Maurício. 2007. “A outra volta do bumerangue: Estado, movimentos sociais e recursos naturais na Bolívia (1952 – 2006)”. In: M. Santoro et al. *Prêmio América do Sul – 2006: Bolívia: de 1952 ao século XXI*. Brasília: Funag, Ipri.
- SARTI, Ingrid (2006). *Da outra margem do rio: os partidos políticos em busca da utopia*. Rio de Janeiro: Relume Dumaré e Faperj.
- SELIGSON, Mitchell A. (2007). “The Rise of Populism and the Left in Latin America”. *Journal of Democracy*, vol. 18, nº 3, pp.81-95.
- SILVA, Fabricio Pereira da (2011). *Vitórias na crise: Trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ponteio.
- SINGER, André (2001). *O PT*. São Paulo: Publifolha.
- ____ (2009). “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”, *Novos Estudos*, nº 85, pp. 83-102.
- STEFANONI, Pablo (2010). “Bolivia después de las elecciones: ¿a dónde va el evismo?”. *Nueva Sociedad*, nº 225, janeiro-fevereiro.
- TABORGA, Juan Ramón Quintana (2005). “Bolivia, entre la crisis y el caos: ¿Existe una salida negociada?”. *Análise de Conjuntura*, nº 11, outubro. Disponível em <http://www.opsa.com.br/images/pdf/analise/12_analises_bolivia-entre%20la%20crisis%20y%20el%20caos.pdf>.
- WEFFORT, Francisco (1978). *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- WEYLAND, Kurt (2009). “The rise of Latin America’s two lefts: Insights from rentier state theory”. *Comparative Politics*, vol. 41, nº 2, pp. 145-64.
- ZUCCO, Jr., Cesar (2009). “O Legislativo no Conflito Político Boliviano”. *Papéis Legislativos*, vol. 3, nº 1. Disponível em <<http://necon.iesp.uerj.br/images/pdf/papeis/papis%20legislativos%20abr%20%202009.pdf>>.